



Porto de Lisboa lança concessão inovadora para terminal multiusos

Concessão até agora gerida pela Transinsular (ETE) permitirá um encaixe de 4,5 milhões de euros.

A Administração do Porto de Lisboa (APL) lançou ontem o concurso público para a concessão do terminal de contentores e de carga fraccionada nas imediações de Santa Apolónia, por seis anos, prorrogáveis por um máximo de mais quatro anos, renovados anualmente, num total máximo de dez anos. Designado TML - Terminal Multipurpose de Lisboa, este terminal é actualmente gerido pela Transinsular, do Grupo ETE - Empresa de Tráfego e Estiva e é especializado no tráfego entre o Continente e as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

O anúncio de procedimento deste concurso, ontem publicado em Diário da República, explica que as propostas poderão ser entregues num prazo de 40 dias a partir de ontem (até 20 de Setembro). Segundo fonte oficial da APL revelou ao Diário Económico, esta concessão marca uma nova era no sector portuário em Portugal, "maximizando a eficiência dos terminais em detrimento da cobrança de taxas em cima do espaço dos



O terminal multiusos de Lisboa vai ter uma nova concessão de seis a dez anos.

João Paulo Dias / Arquivo Económico

terminais e das cargas movimentadas pelos carregadores".

Neste concurso - cuja fórmula de cobrança ao futuro concessionário privado deriva das conclusões de um estudo encomendado pelo IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes à UAL - Universidade Autónoma de Lisboa - a APL irá receber cerca de 4,5 milhões de euros do vencedor do concurso, que poderá pagar essa quantia à cabeça, ou faseadamente durante os primeiros dois anos da concessão.

A fórmula estabelece um patamar de movimentação de 54 mil

contentores cheios por ano no TML, "uma meta ambiciosa, mas possível", de acordo com a mesma fonte da APL. Se conseguir atrair tráfego acima desse limiar, o concessionário privado não paga mais.

"Com esta fórmula, já não há mais concessões portuárias para maximizar rendas à custa dos carregadores. A receita da administração portuária passa para o mercado", sublinha a mesma fonte oficial da APL. Esta fórmula deverá ser agora replicada nas novas concessões a ser lançadas pelas restantes administrações portuárias do País. ■ N.M.S.